

Econ. - Brasil

Questões (ainda) sem resposta



O governo precisa criar, rapidamente, legislação que coíba abusos de preços

Intencional, fatalidade ou coincidência? O fato é que a segunda fase do Plano de Estabilização do ministro Fernando Henrique Cardoso será anunciada exatamente no mesmo dia e oito anos depois da edição do Plano Cruzado. Como nos dias que sucederam aquele inesquecível 28 de fevereiro de 1986, esta semana promete ser muito confusa para o País. Começa amanhã, com a explicação das medidas de um plano que será concluído só hoje à noite. Seus formuladores estão cansados de uma semana de jornadas vividas entre 8 da manhã e 11 da noite. E suas explicações terão de ser lúcidas, didáticas, precisas, não deixar dúvidas. Depois da experiência de sete planos sem êxito, espera-se que esta equipe econômica consiga evitar erros cometidos nos programas anteriores.

São muitas as indagações. Por exemplo: o ministro Fernando Henrique Cardoso tem repetido que os salários serão pagos pela taxa do dólar (representada pela Unidade Real de Valor, a URV) do dia do pagamento. Só que as empresas precisam, em média, de pelo menos oito a dez dias para calcular, contabilizar e processar os salários de seus empregados na folha de pagamento e, em seguida,

depositar o dinheiro (cruzeiro real) de cada um no banco. Como as empresas não têm o poder de adivinhar qual será a taxa do dólar dez dias depois, não terão como depositar no banco exatamente o valor prometido pelo ministro, calculado pelo dólar do dia efetivo do pagamento. Será que a equipe econômica imaginou uma solução? Talvez pagar o resíduo dos dez dias da variação do dólar no pagamento seguinte?

Mas a que taxa? São problemas da vida real que muitas vezes passam despercebidos, mas criam complicações difíceis se não são acompanhados de uma solução. No Plano Collor 1, a ex-ministra Zélia Cardoso de Mello empobreceu todo mundo, nivelando as contas bancárias em Cr\$ 50 mil, inclusive das empresas. Só que ela esqueceu um detalhe de gigantesca importância: como as empresas iriam pagar os salários de seus funcionários com apenas Cr\$ 50 mil no banco? Para corrigir o erro, Zélia foi obrigada a voltar atrás e liberar os recursos retidos para as empresas.

Um plano de estabilização que implique reforma monetária, como o FHC2, produz mudanças importantes na vida real do cidadão. Se alguém marcou para receber seu Fundo de Garantia no dia 2 de março e conta com esses recursos

para pagar parcela da casa própria, terá seu dinheiro liberado? Vai esperar que os bancos absorvam as regras de conversão para a URV definidas pelo governo? Os alugueis serão convertidos compulsoriamente? Se não forem, avisam as imobiliárias, os proprietários não renovarão os contratos e ações de despejo se multiplicarão na Justiça. Cheques pré-datados, consórcios, prestação da casa própria, dívidas de longo prazo, como ficarão, se não haverá tablita para deduzir os juros embutidos nas prestações a vencer? E os prêmios de seguros? O governo precisa ter respostas prontas para cada uma dessas questões.

Esta semana, opinião pública, políticos, empresários e trabalha-

dores concentraram preocupações nas fórmulas que irão prevalecer para preços e salários. Sindicelistas exigem que o governo imponha regras e obrigue as empresas a converterem preços também pela média, como os salários. A equipe de FHC adoraria fazer isso, pudesse. Impede a absoluta impotência da máquina governamental de terra arrasada herdada de Collor para obrigar empresas a cumprirem regras quando se trata de preços. Resta a negociação. E se o assessor de FHC José Milton Dallari conseguir impor sua intenção de fazer com que os oligopólios convertam seus preços à URV com base, não nos últimos quatro meses, mas em períodos de maior estabilidade dos últimos três anos, é possível obter valores que se aproximem da média. Dallari já disse à indústria farmacêutica — o mais poderoso oligopólio do País — que não aceitará conversão pela média dos últimos dois anos, período em que os preços dos remédios dispararam descontroladamente. Em vez de obrigar empresas a converterem pela média, arriscando-se a ficar desmoralizado, o governo precisa, isso sim, criar rapidamente uma legislação para coibir a prática de abusos de preços. Mas que seja uma lei de aplicabilidade ágil e punições rigorosas. A tropa de choque do dr. Osiris Lopes Filho, da Receita Federal, está bem azeitada e capacitada para sair a campo aplicando punições exemplares.

